

Aposentados Especial

O Rio de Janeiro abriga 12,8% da população com mais de 60 anos no país, e o bairro de Copacabana é o ponto do Planeta com maior concentração de idosos. Hoje, no Brasil, cerca de 17 milhões da população brasileira é constituída de pessoas com mais de 60 anos de idade (quase 10% do contingente populacional). *Páginas 8 e 9*

ASSEMBLÉIA DECIDE

A greve continua

Nova assembléia nesta terça-feira, dia 30, às 10h, no Quinhentão

A greve na UFRJ continua. Essa foi a decisão dos técnicos-administrativos presentes à assembléia na quinta-feira. Foram votadas duas propostas: suspensão imediata do movimento e decretação de estado de greve e manutenção da greve aguardando avaliação do Comando Nacional de Greve. A proposta de manutenção da paralisação foi vitoriosa. A assembléia desta terça-feira define os rumos do movimento. *Páginas 5, 6 e 7*

Eleições no HU

Paridade já!

O compromisso com a paridade é o oxigênio necessário para garantir ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho o ambiente democrático para a sua reconstrução, derrubando o autoritarismo que prevaleceu nos últimos anos. Às 10h desta quinta-feira, dia 1º, no auditório 5E36, os funcionários vão eleger o titular e o suplente que irão representá-los na Comissão Eleitoral.

Página 3



PF enquadra

Vigilância

Só na semana passada a Polícia Federal descobriu a existência da Divisão de Segurança (Diseg) da UFRJ e, alegando irregularidades no seu funcionamento, proibiu a Vigilância da UFRJ de realizar rondas no Fundão. *Página 10*



Reforma política na pauta da crise. *Página 11*

Bandejão com pouco dinheiro. *Página 12*

Esclarecimentos sobre FGTS

O advogado responsável pela ação do FGTS, Júlio Romero, por solicitação do Sindicato, presta os seguintes esclarecimentos sobre as dúvidas pertinentes à sentença do juiz da 9ª Vara Federal, Fabio Tenenblat.

1 - Os substituídos que se encontram na relação da sentença proferida em 1995 pelo Juízo da 29ª Vara Federal, aproximadamente 9 mil sindicalizados, são os "autores legítimos".

2 - Destaque-se que à época da ação a juíza titular Simone Shreiber determinou prazo mínimo para que o Sindicato-autor juntasse aos autos a relação de procurações de todos os sindicalizados. Nesse inte-

rim o Sindicato fez um chamamento para que todos os sindicalizados atendessem à determinação da 29ª VF de assinar as procurações.

3 - Quando da execução da sentença que agraciou os 9 mil sindicalizados, restaram 911 sindicalizados que não atenderam ao chamado do Sindicato. Mesmo assim, foi feito um pedido de extensão dos efeitos da sentença para os mesmos. Mas a 29ª retirou dos autos os 911. Estes sindicalizados tiveram seus créditos estornados pela CEF.

4 - Os trabalhadores da UFRJ que não entraram com ação do FGTS e os 911 foram incluídos no processo da 9ª vara na qualidade de

substituídos processuais, conforme o artigo 8º, parágrafo 3º, da Constituição.

O processo da 9ª VF teve sucesso e todos foram incluídos. A juíza deferiu pedido para que a CEF depositasse em juízo, fazendo com que todas essas contas fossem liberadas de uma só vez, diferentemente do que aconteceu na 29ª Vara. Porém, o juiz Fabio Tenenblat teve interpretação contrária ao Sindicato. Logo em seguida apresentou-se um recurso para restabelecer a decisão da juíza. Este recurso já foi publicado no dia 23/8 e a CEF tem 15 dias para se pronunciar. Após o prazo o recurso será julgado pelo TRF.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2005

À Coordenação do SINTUFRJ

Prezados Senhores,

Em razão dos serviços prestados vimos reiterar a NOTIFICAÇÃO recebida pelo SINTUFRJ no dia 04/08/2005, através de oficial de justiça, onde foi requerido o fornecimento dos endereços atualizados de todos os sindicalizados que receberam e outros que receberão seus valores relativos aos planos econômicos do FGTS.

Tal procedimento tem o intuito de resguardar ou buscar dos inadimplentes os honorários advocatícios aos quais o causídico faz jus.

Cumpre-nos destacar que conforme o contrato de honorários firmado com este r. sindicato, após dada entrada no processo judicial de cobrança, o mesmo não tem como haver "acordo" entre partes, haja vista que o contrato é regido pelo art. 585, II do Código de Processo Civil, *in verbis*:

"Art. 585 - São títulos executivos: extrajudiciais: II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instru-

mento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores."

Posto isto, àqueles inadimplentes terão sanções legais tais como: mandado de penhora em suas casa ou domicílio, arresto de bens para quitação da dívida e ainda pagamento de mais 20% para o advogado que efetuará a cobrança judicial.

Outrossim, faz-se necessário o envio *incontinenti* das planilhas para tomarmos as medidas judiciais cabíveis que o caso requer.

Salientamos ainda àqueles inadimplentes que se dirijam ao sindicato para cumprir a obrigação de pagamento relativa aos honorários advocatícios.

Sendo o que nos cumpria informar, encontramos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

COELHO E ROMERO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Seminário para conferência de saúde

A discussão sobre uma política de saúde para o trabalhador, tanto do setor público como da iniciativa privada, está na ordem do dia dos movimentos sociais. Na terça e quarta-feira da semana passada (dias 23 e 24), representantes de vários sindicatos participaram do I Seminário Preparatório para a Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador, que será realizada de 6 a 8 de setembro, no Teatro Carlos Gomes. O coordenador de Políticas Sociais do SINTUFRJ, Huascar da Costa Filho, participou das discussões e fez propostas.

No elenco de propostas aprovadas para serem levadas à conferência municipal algumas beneficiam diretamente a categoria, como a obrigatoriedade de instalação das Comissões Locais de Saúde do Trabalhador (Colsats) em todas as instituições públicas; a criação de Conselhos de Gestores nos hospitais universitários; e a implantação da rede de informação com todos os dados funcionais do servidor público. Huascar foi convidado para compor a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador. A Conferência está sendo garantida devido ao apoio de instituições do movimento social e sindicatos, uma vez que o município não investiu no evento. Também na semana passada foi realizada a VIII Conferência Distrital de Saúde na Unisuam, em Bonsucesso.

Recadastramento no SINTUFRJ

Os sindicalizados do SINTUFRJ já podem proceder ao pedido de recadastramento direto pela página do Sindicato na internet - www.sintufrj.org.br. Os sindicalizados poderão atualizar seus dados e escolher em qual das sede/subsedes quer retirar sua carteirinha. Os sindicalizados aposentados e pensionistas que moram fora da cidade do Rio de Janeiro receberão em casa a carteira e o guia com os convênios.

SUBSEDE DO IFCS

Atenção unidades da UFRJ do centro da cidade: a subsede do IFCS já retomou seu atendimento no horário das 10h às 16h.

Creche elege nova diretoria da Associação de Pais

A Associação de Pais da Creche (APAC) da UFRJ tem nova diretoria. A chapa única foi eleita com 55 votos a favor e 19 contra. A contagem dos votos foi feita no dia 17 de agosto. Votaram 55 pais, 7 funcionários e 12 prestadores de serviço. A nova diretoria da APAC é composta por: Rojane Fiedler (presidente); Jeferson Salazar (vice); Marcia Cristina Soeiro (secretaria) e Carla Aldrin Campos (tesoureira).

Movimento dos fraldas pintadas

No próximo 31 de agosto, o movimento dos "Fraldas pintadas" desembarcará em Brasília para pressionar o Congresso Nacional para que inclua as creches (0 a 3 anos) no financiamento do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação). Além da inclusão das creches, o movimento apresentará emendas com relação ao incremento da contrapartida da União, a definição do custo aluno/qualidade e do piso nacional salarial e o aprimoramento do controle social. O ato contará com uma carrinhata de bebês e um chocalhaço.

Cadê a democracia?

Os funcionários do Hospital Universitário e o SINTUF RJ vão deflagrar um grande movimento para garantir a paridade como critério para as eleições que vão acontecer em novembro. Nas normas sancionadas pelo Conselho de Administração do HU foi aprovada como norma para reger o processo eleitoral na unidade a fórmula autoritária que estabelece para o colégio eleitoral peso de 50% para os docentes, 30% para os técnicos-administrativos e 20% para os estudantes, descartando a paridade como método para a consulta. Traduzindo a aspiração dos cerca de 3 mil funcionários, o Sindicato, com os trabalhadores, vai lutar pela paridade, por entender que este método é o mais democrático e o que vai assegurar representatividade maior a direção do hospital que será eleita.

Presente à reunião do Conselho de Administração na semana passada que bateu o martelo sobre o assunto, a coordenadora-geral do Sindicato, Ana Maria Ribeiro, condenou duramente o método proposto pelas normas aprovadas para a consulta. Os trabalhadores do HU vão cobrar dos candidatos o respeito à paridade, e o movimento neste sentido já será iniciado às 10h desta quinta-feira, dia 1º, quando no auditório 5E-36 será eleito o representante dos funcionários do hospital na comissão eleitoral. A novidade positiva das normas aprovadas é que qualquer servidor poderá se candidatar ao cargo, o que representa um avanço que deve ser consolidado. Porém não delimita que seja



do Colégio Eleitoral.

VOTO SOLITÁRIO - A reunião do Conselho foi presidida pelo decano do CCS João Ferreira (já que o reitor, que é o presidente, não compareceu). “Quem quer reabrir a discussão da propor-

cionalidade? Ninguém se manifestou”, disse, batendo o martelo. Ferreira informou que votou na ponderação porque havia uma proposta que dava peso de 70% para docentes. “Votei contra a proporção que foi aprovada.

Minha proposta era de 1/3 para cada segmento. O meu foi o único voto para essa proposta. Todo mundo concordou com 50%, 30% e 20%”, lamentou o diretor da Faculdade de Medicina, Almir Fraga.

Candidatos serão cobrados

A comunidade do HU será conclamada a se incorporar ao movimento

O respeito à paridade será cobrada com rigor dos candidatos que vão disputar as eleições do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Eles devem entender que os dois fatores que afundaram o hospital na nefasta gestão de Amâncio Paulino foram justamente o autoritarismo e o viés privatista. Neste senti-

do é lamentável que o processo eleitoral em curso tente reproduzir o vício do autoritarismo, desrespeitando a importância dos funcionários. Seguir esta lógica é insistir no erro e caminhar na contramão da afirmação do HU como instituição pública e democrática. Portanto, os funcionários e o Sindicato vão ser implacáveis na

luta para que a paridade seja respeitada pelos candidatos e conclamam a comunidade para ingressar nesta jornada que vai se iniciar a partir da quinta-feira. Ninguém pode ter dúvida: a nova direção só terá legitimidade se os candidatos se comprometerem com a paridade. É inaceitável que os cerca de 3 mil funcionários que parti-

cipam da construção cotidiana da unidade e que, no dia-a-dia, têm mantido a instituição de pé, sejam subestimados na sua importância e capacidade de influir nos destinos do hospital. O respeito à paridade hoje, no HU, é o oxigênio indispensável para reconstruir a instituição, ferida por anos de autoritarismo.

Eleições no Hospital Universitário só serão legitimadas com a paridade

Fundação no HU é ilegal

A Fundação José Bonifácio criou uma superintendência para gerir recursos de hospitais universitários. O HU abriu negociações com a Fundação neste sentido, e por conta disso já está remanejando funcionários do setor financeiro, que estão sendo substituídos por cooperativados. O diretor da Faculdade de Medicina, Almir Fraga, criticou o fato de os entendimentos terem sido acertados sem a aprovação do Conselho de Administração. Trata-se de algo inaceitável e temerário. Uma usurpação ilegal que desrespeita o colegiado e, de forma oportunista, tenta provocar uma mudança estrutural na gestão do hospital, a dois meses da campanha. Este absurdo – que tenta ser imposto através de ardis e da política do fato consumado – não pode ser aceito.

Como mudar as regras de gestão financeira à beira de uma eleição direta, em que estarão em confronto projetos de gestão para o HU? é a pergunta que não quer calar.

Conselhos debatem fundações

Reitor quer que em 30 dias, na segunda reunião de setembro, o tema volte para deliberação no colegiado

Os pareceres das Comissões de Desenvolvimento e de Legislação e Normas sobre a proposta para resolução sobre as relações da Universidade e suas fundações foram finalmente lidos na sessão do Consuni do dia 25 e, com algumas ressalvas e mudanças, ambos apontaram a aprovação da regulamentação proposta pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Mas o debate não foi conclusivo e o assunto vai retornar ao Conselho em setembro.

Só que os membros do Consuni apresentaram muitos questionamentos. O pró-reitor José Roberto Meyer levou a posição do CEG, de que o documento fosse divulgado e debatido para só então voltar aos colegiados. As manifestações que se seguiram – muitas com críticas profundas à privatização das universidades que as fundações simbolizam, outras apenas a alguns pontos da regulamentação – foram exatamente neste sentido: o documento deveria ser divulgado, discutido na comunidade, unidade e centros,

para então ser submetida à deliberação no Consuni..

O reitor destacou que não se trata de discutir sobre a pertinência ou não das fundações, mas sobre a regulação da relação da universidade com as fundações. O técnico-administrativo Marcílio Araújo lembrou, no entanto, que a discussão é sobre concepção de Universidade. A estudante Fernanda Lima concorda que deva haver controle sobre as fundações, mas destacou que o Conselho de Ensino para Pós-Graduando discutiu apenas preliminarmente o assunto. O estudante Carlos Leal falou do caráter privatista da reforma universitária e do decreto do governo de dezembro de 2004

que legisla sobre as fundações e condenou a submissão da produção da Universidade ao capital privado: “Nossa posição é acabar com todas as fundações na UFRJ.”

Marcelo Correa e Castro, representante do CFCH, apontou que à medida que se lança mão de medidas para conseguir recursos que o Estado teria obrigação de manter, aí é que não serão mesmo pagos.

José Carlos Pereira, representante técnico-administrativo, lembrou que o último congresso do SINTUFRJ definiu posição contrária às fundações, mas ponderou que há necessidade de controle destes organismos, e criticou o retorno pequeno de recursos para a Universida-

de. “Para mim ficou óbvio que não devemos votar hoje”, disse o relator da Comissão de Legislação e Normas, Eduardo Siqueira, lembrando que seria importante divulgar a proposta na página eletrônica dos órgãos colegiados.

“O que estamos deliberando é que a instituição tenha controle sobre as fundações e não a liberalização, para botar o mínimo de ordem”, comentou o reitor, explicando que é contra a existência das fundações, não pelas razões que foram levantadas, mas porque foram instituições criadas no regime militar porque as universidades não eram confiáveis no uso de recursos que para o governo seriam estiolados em progra-

mas sem relevância.

Aloísio citou algumas restrições legais que burocratizam a administração de recursos, otimizadas pela estrutura das fundações mas lembrou que, em artigo retirado da proposta recente do governo para a Reforma Universitária, era a contrapartida para a autonomia de gestão o descredenciamento as fundações. Para ele, deve-se lutar pelo retorno de tal artigo. Ponderou que o conselho é soberano para dizer que a UFRJ não precisa das fundações mas apontou que a Universidade poderá ser inviabilizada.

A proposta será divulgada na página da UFRJ e voltará para deliberação em setembro.



NO DEBATE. A bancada dos funcionários no Conselho Universitário participou dos debates que tratou das relações da Universidade com as fundações

CEG quer mais discussão

Na reunião do CEG, depois de diversos posicionamentos sobre o assunto, todos com maiores ou menores reservas a respeito do documento apresentado, os

membros do Conselho, à luz da análise apresentada pela conselheira Ana Maria Ribeiro (que não participou da sessão por motivo de viagem) e acatando o encaminhamen-

to solicitado pelos conselheiros Ubiratan, Miguel Jonathan e Ana Canem, decidiram por ampla maioria não deliberar sobre o documento que trata das relações da Univer-

sidade com as fundações. Os conselheiros recomendaram que o tema seja encaminhado para discussões nas unidades e centros, para então voltar ao colegiado acadêmi-

co e ao colegiado máximo. Vale lembrar que o 8º Congresso do SINTUFRJ, quando discutiu o papel da Universidade, condenou a atual estrutura das fundações.

Com os parlamentares

Na semana passada o Comando Nacional de Greve se reuniu com vários parlamentares para debater a greve e as reivindicações da categoria. Veja, abaixo, relato elaborado pelo informativo da Fasubra.

REUNIÃO COM A BANCADA DE PARLAMENTARES QUE ESTÃO MEDIANDO A NEGOCIAÇÃO COM O MEC

Pela FASUBRA: Comando Nacional de Greve

Pela Bancada de Parlamentares: Deputada Fátima Bezerra, Deputada Iara Bernardi, Deputado Wasny de Roure e Deputada Alice Portugal.

Dando início a reunião a Deputada Fátima Bezerra relatou que quando tomou conhecimento do resultado da reunião da FASUBRA com o MEC no dia 02 de agosto, cujo resultado provocou um impasse na relação da categoria com o MEC, imediatamente, entrou em contato com o MEC, buscando uma intermediação com o movimento. A Bancada composta pelos Deputados do PT Wasny de Roure, Iara Bernardi, Fátima Bezerra, Gilmar Machado e Deputada pelo PCdoB Alice Portugal, estiveram ao lado da FASUBRA, no processo de negociação da Carreira e continuam a disposição neste momento de impasse. A Bancada se posicionou frente ao MEC cobrando um posicionamento formal com relação ao eixo da Greve, visando corrigir as informações dadas na reunião do dia 2 de agosto.

Opinou sobre o objetivo daquela reunião com o CNG que visava colher informações acerca do documento do MEC e preparar a reunião do dia 30 de agosto com o MEC, bem como, ouvir as opiniões do CNG acerca dos cenários colocados neste momento de greve.

O Deputado Wasny informou que o movimento dos Servidores Públicos ganhou com a aprovação da LDO, onde está previsto reajuste para o funcionalismo em 2006 tendo por base a correção do PIB e previsão da utilização das receitas atípicas no processo de negociação dos SPFs. Pela primeira vez existiu uma intervenção mais conjunta entre a Bancada de Parlamentares e os Servidores Públicos visando a inclusão deste dispositivo na LDO. Com isto aumentarão as possibilidades de negociação para os vários setores que estão negociando com o Governo.

A deputada Fátima reafirmou a disposição em nome da Bancada do PT e da Bancada do Pc do B na pessoa da Dep. Alice Portugal, em contribuir mais uma vez com o encaminhamento e solução da luta.

A Bancada esteve esta semana no MEC, expressando a preocupação com o impasse e fazendo mediação para que o diálogo fosse restabelecido e que as negociações fossem retomadas.

Paulo Henrique - Coordenador Geral da FASUBRA, informou que a FASUBRA pretende restabelecer a dinâmica da negociação, e que a Greve deu-se em função do recuo do MEC na mesa do dia 02 de agosto. A Deputada Alice Portugal informou que na reunião com o MEC e a Bancada ficou evidente que houve um descompasso interno no MEC com relação ao compromisso formalizado na 1ª mesa de negociação e que o Secretário Jairo Jorge questionou a Bancada se assinatura dele no documento apresentada na 1ª mesa, garantindo recursos para Implantação da 2ª etapa da Carreira e apresentando metodologia com calendário para o processo negocial não tinha valor. Argumentou que a FASUBRA considerou a colocação do Sílvio Petrus na 2ª mesa, com a ausência do Jairo Jorge e desconsiderou o documento oficial do MEC acerca do processo de negociação. Nesta reunião com o MEC a Bancada solicitou que o MEC recebesse a FASUBRA para retomar o diálogo.

Léia de Souza Oliveira - Coordenadora de Educação da FASUBRA colocou que o documento apresentado pelo MEC, conforme opinião do CNG, apresenta proposta concreta com relação ao eixo, mesmo sem analisar o mérito da mesma, consubstancia um processo de negociação que precisa continuar. O CNG encaminhou às bases para avaliarem o documento do MEC, nas rodadas de AG's dos dias 23, 24, 25 de agosto de 2005.

Paulo Henrique informou que na Mesa com o MEC é importante a participação da ANDIFES.

A Dep. Alice Portugal resgatou o processo de negociação, manifestando sua opinião acerca da necessidade de avaliação da proposta do MEC, numa perspectiva de retomada do calendário acordado inicialmente, que vai até 30 de setembro.

Questionada sobre a posição do Governo com relação aos recursos disponíveis para resolução do VBC e enquadramento da 2ª etapa, a Dep. Fátima Bezerra, colocou que o Secretário Executivo do MEC garantiu **para a Bancada que os recursos colocados no documento, estão assegurados.** Colocou ainda que se o Secretário Executivo Jairo Jorge estivesse na Mesa do dia 02 de agosto, não teria ocorrido o descompasso, que gerou o impasse durante o processo negocial.

Informou ainda que o Governo ainda não encaminhou ao Congresso Nacional a **LOA - Lei do Orçamento Anual.** Portanto existe tempo para previsão orçamentária para 2006 dos recursos que estão sendo negociados. 30 de setembro é o limite que o governo tem para definir o volume de dinheiro que irá dispor para as negociações em curso.

Almiram - Coordenador da FASUBRA, manifestou sua opinião de que o Governo deve chamar o CNG para Negociação e não apenas para conversação, independente da Greve. Colocou ainda que o CNG não avaliou o mérito da proposta de resolução de VBC apresentado pelo MEC e, portanto não encaminhou posição aos CLG's.

A Deputada Alice Portugal relatou que o MEC verbalizou na reunião com a Bancada "reafirmamos que os recursos colocados no documento estão garantidos e que a retomada do processo de negociação poderá avançar nos outros pontos da pauta".

Informou ainda que solicitará do MEC movimento positivo garantindo questões já acordadas na Mesa, como, abertura de novo prazo para adesão na Carreira, dentre outros.

A POSIÇÃO DA CATEGORIA SOBRE A GREVE

Na assembléia de 18/08, os funcionários da UFRJ, entendendo a necessidade de responder à falta de objetividade do governo que compromete nosso plano de carreira, decidiram engrossar as fileiras do movimento nacional e acatarem o indicativo de greve aprovado na plenária nacional da Fasubra de 13 e 14 /08.

Na última assembléia realizada em 25/08, os funcionários da UFRJ, a partir do entendimento de que não houve avanços no sentido do atendimento às nossas reivindicações, deliberaram pela manutenção da greve. Solicitando ao CNG (Comando Nacional de Greve) avaliações políticas que subsidiem as discussões nas assembléias. Referendando assim a posição do CNG (Comando Nacional de Greve) em sua última reunião.

É verdade que o processo democrático permite a expressão de opiniões diferenciadas e este princípio será sempre respeitado nos nossos fóruns de atuação, entretanto, nos momentos em que a maioria presente às assembléias define o seu posicionamento, o movimento passa a ser dirigido pelo Comando Local de Greve e este comando tem seguido à risca as deliberações das assembléias, publicando no jornal as diferentes posições debatidas neste espaço democrático.

Para nós, a greve sempre será o último recurso que a classe trabalhadora utiliza no atendimento às suas reivindicações e se chegamos a este extremo é porque não houve até o momento compromisso do

Governo quanto às nossas reivindicações, onde o eixo central é a carreira. Uma luta que já dura dez anos.

A categoria entendeu que era preciso reagir, por compreender que o processo de negociação não foi rompido pela Fasubra, que esteve sempre buscando resoluções para a pauta apresentada, mas que diante do impasse quanto à garantia de recursos para implantação da 2ª fase da carreira, racionalização dos cargos e correção do VBC (step de 5% e piso de 3 salários mínimo) e demais itens da pauta, não viu outra alternativa que não fosse a deflagração da greve por tempo indeterminado.

Onde está assegurado que haverá possibilidade de garantir estes recursos no orçamento da união, fora do prazo estabelecido?

O Comando Local de Greve estará sempre encaminhando as decisões da categoria deliberadas em assembléia geral e a reprodução de matérias individuais neste momento que não estejam em consonância com as deliberações aprovadas em assembléia, não serão publicadas por entendermos que as mesmas têm o caráter de desmobilização e de desconstrução de um movimento que está crescendo e se fortalecendo a partir da compreensão de cada um de nós.

AGORA É LUTA!!!

COMANDO LOCAL
DE GREVE

COMENTÁRIO

Como não confiar em ninguém com mais de 60 anos?

O Rio de Janeiro abriga 12,8% da população com mais de 60 anos no país, e o bairro de Copacabana é o ponto do Planeta com maior concentração de idosos

Hoje, no Brasil, cerca de 17 milhões da população brasileira é constituída de pessoas com mais de 60 anos de idade (quase 10% contingente populacional). As mulheres são maioria e vivem oito anos a mais que os homens. Segundo ainda o estudo sobre o perfil do idoso feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), aproximadamente 70% dos idosos são responsáveis pelos domicílios e têm, em média, 69 anos de idade.

Com rendimento médio de R\$ 657,00, os idosos ocupam, cada vez mais, um papel de destaque na sociedade.

A projeção do Instituto é que nos próximos 20 anos a população de idosos no país ultrapasse os 30 milhões de pessoas. O crescimento da proporção de idosos tem sido mais rápido que o de crianças. A queda da taxa de fecundidade ainda é a principal responsável pela redução do número de crianças, e a longevidade vem contribu-

indo progressivamente para o aumento de idosos na população. Entre as capitais, o Rio de Janeiro se destaca por abrigar 12,8% dessa população com mais de 60 anos, e o bairro de Copacabana é o ponto do Planeta com maior concentração de idosos.

FENÔMENO MUNDIAL – De acordo com as projeções dos estatísticos, no mundo, em 2050, um quinto da população será de idosos, ou seja, 1,9 milhão de pessoas, o equivalente à população

infantil de 0 a 14 anos de idade. O crescimento da população de idosos, em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial, e está ocorrendo em um nível sem precedentes. Atualmente, uma em cada dez pessoas tem 60 anos de idade ou mais, e estima-se que a relação será de uma para cinco pessoas em todo o mundo, e de uma para três nos países desenvolvidos.

REALIDADE EXIGE MUDANÇAS - Para a presidente do Conselho Estadual do

Idoso, Isabel Lopes Monteiro, a sociedade não está se preparando para essa realidade.

Inclusive as cidades que são as regiões onde se concentram o maior contingente de pessoas acima de 60 anos. Ela defende a inclusão nos currículos das universidades da gerontologia — ciência que estuda o problema do idoso sob todos os seus aspectos: biológico, clínico, histórico, econômico e social. “O envelhecimento é um fenômeno, mas no Brasil as pessoas envelhecem sem qualidade de vida”, frisa.

Apesar de a Constituição de 1988 garantir a gratuidade aos idosos e o Estatuto do Idoso em vigor desde 2004 instituir penas severas para quem desrespeitar os direitos desses cidadãos, Isabel não tem dúvidas de que ainda vai demorar muito para que as instituições e a iniciativa privada cumpram a lei. A assistente social insiste que faltam equipes de planejamento preparadas para lidar com o envelhecimento, como também admi-

te que não houve tempo para os órgãos de defesa se organizarem para fiscalizar a aplicação do Estatuto. Para ela um dos maiores absurdos no momento é o Biocard. “O idoso tem direito à gratuidade no transporte,

mas sem o cartão ele não pode viajar e ainda paga pela segunda via, em caso de perda. Além disso, as roletas dos ônibus próximas ao capô do motorista dificultam o acesso do idoso aos coletivos”, acusa.

“O envelhecimento é um fenômeno, mas no Brasil as pessoas envelhecem sem qualidade de vida”

Isabel Lopes Monteiro

Direito se conquista, não se ganha

A secretária-executiva do Conselho Nacional do Idoso, Jurilza de Mendonça, defende que os idosos se organizem e se mobilizem para fazer valer seus direitos. “Vivemos numa sociedade onde o idoso é protagonista da ação, mas não tiveram cidadania. Temos que criar a cultura da cidadania e o idoso aprender que tem direito a ter direito”, afirmou. Com exceção dos aposentados, no entendimento de Jurilza, os idosos de maneira geral só se unem e se organizam para atividades de lazer, quando deveriam estar mais ativos para fazer valer seus direitos. O Ministério Público é um dos caminhos, segundo a secretária, para que os maiores de 60 anos acionem em sua defesa.

